



Sumário

Apresentação, xix

Prefácio, xxv

Nota do Autor à 6ª edição, xxvii

Parte I - Introdução ao Direito Civil, 1

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL, 3

1.1 Tipicidade, 6

2 FONTES DO DIREITO, 9

2.1 Lei, 10

2.1.1 Classificação das leis, 12

2.2 Costume, 16

2.3 Doutrina, 19

2.4 Jurisprudência, 21

2.5 Analogia, 23

2.6 Princípios gerais de Direito, 25

2.7 Equidade, 26

3 DIREITO ROMANO, 29

3.1 Que se entende por Direito Romano – sua importância, 29

3.2 Fases do Direito Romano – sua divisão, 31

3.2.1 Período Régio, 32

3.2.2 Período da República, 34

- 3.2.3 Período do Principado, 43
 - 3.2.4 Período da Monarquia Absoluta, 45
 - 3.3 Sistema do *Ius Civile*, 46
 - 3.4 Sistema do *Ius Gentium*, 48
 - 3.5 Codificação de Justiniano – outras codificações, 50
 - 3.5.1 Código, 53
 - 3.5.2 *Digesto*, 53
 - 3.5.3 *Institutas*, 56
 - 3.5.4 *Novelas*, 57
 - 3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 57
 - 3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 58
 - 3.6 Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro, 59
- 4 DIREITO CIVIL, 61
 - 4.1 Direito Privado em face do Direito Público, 62
 - 4.2 Direito Civil como um ramo do Direito Privado, 64
 - 4.3 Importância do Direito Civil, 66
 - 4.4 Objeto do Direito Civil, 68
 - 4.5 Fontes do Direito Civil, 69
- 5 SISTEMAS JURÍDICOS, 71
 - 5.1 Que se entende por sistema jurídico, 71
 - 5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 73
 - 5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 74
 - 5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 75
 - 5.3.2 *Common Law*, 75
 - 5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *Common Law*, 80
 - 5.3.4 Direitos socialistas, 81
 - 5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – Direito chinês e Direito japonês, 83
 - 5.4 Sistema romano-germânico: características, 85
 - 5.4.1 Universidades, 86
 - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 89
 - 5.4.3 Novas tendências, 90
- 6 CODIFICAÇÃO, 93
 - 6.1 Introdução, 93
 - 6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 95
 - 6.1.2 Novos rumos da codificação, 96

- 6.2 Código de Napoleão, 98
 - 6.3 Código alemão (BGB), 99
 - 6.4 Outras codificações do século XX, 101
 - 6.5 Técnicas da codificação, 102
- 7 DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 105
- 7.1 Direito Civil antes do Código, 105
 - 7.2 As várias tentativas de codificação, 106
 - 7.3 Código Civil brasileiro de 1916, 108
 - 7.4 Tentativas de reforma legislativa, 109
- Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 111**
- 8 SUJEITOS DE DIREITO (I) – DIREITO ROMANO, 113
- 8.1 Pessoa natural, 113
 - 8.2 Homem sujeito de Direito – *Status libertatis*, 116
 - 8.2.1 Escravidão, 117
 - 8.2.2 Condição de liberto – Patronato, 119
 - 8.3 *Status civitatis*, 120
 - 8.4 *Status familiae*, 121
- 9 SUJEITOS DE DIREITO (II), 123
- 9.1 Pessoa natural, 123
 - 9.2 Começo da personalidade natural, 125
 - 9.2.1 Condição do nascituro, 126
 - 9.3 Incapacidade absoluta no Código de 1916 (leitura adicional), 128
 - 9.3.1 Menores de dezesseis anos, 129
 - 9.3.2 Loucos de todo gênero no Código de 1916, 130
 - 9.3.3 Surdos-mudos, 132
 - 9.3.4 Ausentes no Código de 1916, 133
 - 9.4 Incapacidade relativa no Código de 1916 (leitura adicional), 134
 - 9.4.1 Maiores de 16 e menores de 21 anos no Código de 1916, 135
 - 9.4.2 Pródigos no Código de 1916, 137
 - 9.4.3 Silvícolas, 139
 - 9.5 Incapacidades no atual Código, 140
 - 9.5.1 Menoridade, 140
 - 9.5.2 A deficiência mental, 140
 - 9.5.2.1 Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais, excepcionais no atual Código, 141

- 9.6 Incapacidade transitória, 142
 - 9.6.1 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código, 143
 - 9.6.2 Ausência no atual Código, 144
 - 9.6.3 Incapacidade relativa no atual Código, 145
 - 9.6.4 Maiores de 16 e menores de 18 anos, 146
 - 9.6.5 Pródigos no atual sistema, 146
- 9.7 Proteção aos incapazes, 147
- 9.8 Emancipação: concessão do pai, mãe ou tutor no Código de 1916 (leitura adicional), 148
 - 9.8.1 Outros casos de emancipação no sistema de 1916, 150
 - 9.8.2 Emancipação no atual Código. Alterações, 152
- 9.9 Fim da personalidade natural. A morte presumida no atual Código, 155
 - 9.9.1 Comoriência, 160
 - 9.9.2 Momento da morte, 160
- 9.10 Estado das pessoas, 161
- 9.11 Atos do Registro Civil, 164
 - 9.11.1 Nascimentos, 166
 - 9.11.2 Óbitos, 167
 - 9.11.3 Emancipação, interdição e ausência, 168
 - 9.11.4 Considerações finais, 169
- 10 DIREITOS DA PERSONALIDADE. NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 171
 - 10.1 Direitos da personalidade. Noção e compreensão, 171
 - 10.1.1 Direitos da personalidade. Características. Enumeração, 173
 - 10.1.2 Tutela dos direitos da personalidade, 174
 - 10.1.3 Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade, 176
 - 10.1.4 Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins, 176
 - 10.1.5 Direito ao próprio corpo, 181
 - 10.1.6 Pessoa jurídica e direitos da personalidade, 184
 - 10.2 Nome civil das pessoas naturais, 185
 - 10.2.1 Origens históricas, 186
 - 10.2.2 Natureza jurídica, 188
 - 10.2.3 Elementos Integrantes do Nome, 189
 - 10.2.4 Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração, 191

- 10.2.4.1 Alteração do nome da mulher e do marido, 198
 - 10.2.4.2 Redesignação do estado sexual e mudança de prenome, 201
 - 10.2.5 Proteção do nome, 203
- 11 DOMICÍLIO, 205
 - 11.1 Domicílio no Direito Romano, 206
 - 11.2 Domicílio, residência e moradia, 207
 - 11.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 209
 - 11.4 Importância do domicílio, 211
 - 11.5 Espécies de domicílio, 213
 - 11.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 217
 - 11.6 Domicílio da pessoa jurídica, 221
- 12 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ROMANO, 223
 - 12.1 Pessoa jurídica – introdução, 223
 - 12.2 Pessoa jurídica no Direito Romano, 224
 - 12.3 Principais pessoas jurídicas, 224
 - 12.4 Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano, 226
- 13 PESSOAS JURÍDICAS, 229
 - 13.1 Introdução, 229
 - 13.2 Denominação, 232
 - 13.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 233
 - 13.4 Natureza da pessoa jurídica, 234
 - 13.4.1 Doutrinas da ficção, 235
 - 13.4.2 Doutrinas da realidade, 237
 - 13.4.3 Doutrinas negativistas, 238
 - 13.4.4 Doutrina da instituição, 239
 - 13.4.5 Conclusão, 239
 - 13.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 240
 - 13.6 Classificação das pessoas jurídicas, 243
 - 13.6.1 Pessoas jurídicas de Direito Privado, 244
 - 13.6.2 Grupos com personificação anômala, 246
 - 13.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 251
 - 13.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 252
 - 13.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 255
 - 13.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do atual Código, 259
 - 13.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 260

- 13.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 260
 - 13.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização, 262
 - 13.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 262
 - 13.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 263
 - 13.10.1 Registro da pessoa jurídica, 265
 - 13.11 Sociedades e associações, 267
 - 13.11.1 Associações, 269
 - 13.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos, 277
 - 13.12 Fundações, 278
 - 13.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 284
 - 13.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 288
- 14 BENS EM DIREITO ROMANO, 295
- 14.1 Introdução, 295
 - 14.2 As coisas *in patrimonio*, 296
 - 14.2.1 *Res mancipi* e *res nec mancipi*, 296
 - 14.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 297
 - 14.2.3 Móveis e imóveis, 297
 - 14.3 Coisas *extra patrimonium*, 298
 - 14.3.1 *Res humani iuris*, 298
 - 14.3.2 *Res divini iuris*, 299
 - 14.4 Divisões modernas de bens, 299
 - 14.5 Patrimônio, 300
- 15 OS BENS E SUA CLASSIFICAÇÃO, 303
- 15.1 Bens e coisas: objeto do direito, 303
 - 15.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 305
 - 15.3 Móveis e imóveis, 306
 - 15.3.1 Regime dos bens imóveis, 307
 - 15.3.2 Regime dos bens móveis, 314
 - 15.4 Bens fungíveis e infungíveis, 315
 - 15.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 318
 - 15.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 319
 - 15.7 Bens singulares e coletivos, 321
 - 15.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertencas, 323
 - 15.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 326
 - 15.8.2 Benfeitorias, 328
 - 15.9 Bens públicos e particulares, 330
 - 15.10 Bens que estão fora do comércio, 334

- 16 FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, 337
 - 16.1 Introdução: os fatos jurídicos, 337
 - 16.2 Negócio jurídico, 341
 - 16.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 342
 - 16.3 Atos jurídicos no Direito Romano, 344

- 17 AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, DEFESA E EXTINÇÃO DOS DIREITOS, 347
 - 17.1 Aquisição dos direitos, 347
 - 17.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 349
 - 17.1.2 Direitos eventuais, 350
 - 17.1.3 Expectativas de direito, 350
 - 17.1.4 Direitos condicionais, 351
 - 17.1.5 Direitos potestativos, 352
 - 17.2 Modificação dos direitos, 353
 - 17.3 Defesa dos direitos, 354
 - 17.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 357
 - 17.4 Extinção dos direitos, 360

- 18 FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO NO DIREITO: CONCEITO E ESPÉCIES, 363
 - 18.1 Conceito, 363
 - 18.2 Evolução histórica da representação, 364
 - 18.3 Figura do nuncio, 365
 - 18.4 Representação legal e voluntária, 366
 - 18.5 Efeitos da representação, 369

- 19 ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. PLANOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE, 371
 - 19.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 371
 - 19.2 Vontade e sua declaração, 373
 - 19.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 375
 - 19.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 377
 - 19.3 Capacidade do agente, 378
 - 19.3.1 Legitimação, 380
 - 19.4 Forma, 381
 - 19.5 Objeto, 382
 - 19.6 Causa, 385

- 20 INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 389
 - 20.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 389
 - 20.2 Interpretação no Código Civil. A boa-fé, 391

- 21 DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – O ERRO, 395
 - 21.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 395
 - 21.2 Erro ou ignorância, 398
 - 21.3 Escusabilidade do erro, 400
 - 21.4 Erro substancial e erro acidental, 402
 - 21.5 Erro consistente numa falsa causa, 406
 - 21.6 Erro de fato e erro de direito, 407
 - 21.7 Art. 141 do Código Civil, 409
 - 21.8 Art. 142 do Código Civil, 409
 - 21.9 Erro de cálculo, 410
 - 21.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório, 410
 - 21.11 Erro e vícios redibitórios, 411
 - 21.12 Erro sobre o valor, 411
 - 21.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo, 412

- 22 DOLO, 415
 - 22.1 Conceito, 415
 - 22.2 Erro e dolo, 417
 - 22.3 Dolo e fraude, 417
 - 22.4 Requisitos do dolo, 418
 - 22.4.1 Dolo essencial e dolo acidental, 419
 - 22.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 420
 - 22.5 Dolo positivo e dolo negativo, 421
 - 22.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916, 423
 - 22.7 Dolo do representante, 425
 - 22.8 Dolo de ambas as partes, 426

- 23 COAÇÃO E ESTADO DE PERIGO, 429
 - 23.1 Conceito, 429
 - 23.2 Requisitos da coação, 431
 - 23.2.1 Essencialidade da coação, 432
 - 23.2.2 Intenção de coagir, 433
 - 23.2.3 Gravidade do mal cominado, 433
 - 23.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 434
 - 23.2.5 Dano atual ou iminente, 435
 - 23.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código, 436

- 23.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 437
 - 23.3 O temor reverencial, 438
 - 23.4 Coação por parte de terceiros, 439
 - 23.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins, 441
- 24 LESÃO, 445
 - 24.1 Introdução, 445
 - 24.2 Noção histórica, 446
 - 24.3 Conceito e requisitos, 448
 - 24.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 451
 - 24.5 Procedimento judicial, 453
 - 24.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 454
 - 24.7 Prazo prescricional, 454
- 25 FRAUDE CONTRA CREDORES, 455
 - 25.1 Introdução, 455
 - 25.2 Noção histórica, 456
 - 25.3 Fraude em geral, 457
 - 25.4 Fraude contra credores, 459
 - 25.4.1 Requisitos, 461
 - 25.4.2 Ação pauliana, 465
 - 25.5 Casos particulares estatuídos na lei, 467
 - 25.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 470
 - 25.6 Fraude de execução, 472
 - 25.7 Ação revocatória falencial, 474
 - 25.8 Conclusão, 475
- 26 ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO, 477
 - 26.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico, 477
 - 26.2 Condição, 478
 - 26.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 480
 - 26.2.2 Condição perplexa e potestativa, 481
 - 26.2.3 Condição impossível no Código de 1916, 484
 - 26.2.3.1 Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código, 485
 - 26.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 486
 - 26.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por má-fé do interessado. Frustração da condição, 490

- 26.2.6 Retroatividade da condição, 491
- 26.2.7 Condição e pressuposição, 493
- 26.3 Termo, 494
 - 26.3.1 O prazo, 496
- 26.4 Encargo, 498

- 27 INVALIDIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 503
 - 27.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 503
 - 27.2 Nulidade, 504
 - 27.2.1 Conversão do negócio jurídico, 513
 - 27.3 Anulabilidade, 515
 - 27.3.1 Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis, 518
 - 27.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 520
 - 27.5 Problemática da inexistência dos negócios jurídicos, 521

- 28 SIMULAÇÃO, 523
 - 28.1 Conceito, 523
 - 28.2 Requisitos, 525
 - 28.3 Espécies de simulação. O art. 102 do Código Civil de 1916, 528
 - 28.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 530
 - 28.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 533
 - 28.6 Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no Código de 2002, 535
 - 28.7 Ação de simulação, 539
 - 28.8 Prova da simulação, 542
 - 28.9 Simulação no atual Código Civil, 544

- 29 ATOS ILÍCITOS. INTRODUÇÃO. ABUSO DE DIREITO, 547
 - 29.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 547
 - 29.2 Elementos da responsabilidade extracontratual ou aquiliana, 551
 - 29.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 556
 - 29.4 Abuso de direito, 560
 - 29.4.1 Conceito de abuso de direito, 562
 - 29.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 563
 - 29.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 565
 - 29.4.4 Abuso de direito no atual Código Civil, 567

- 30 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA, 569
 - 30.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 569

- 30.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 571
- 30.3 Síntese histórica da prescrição, 572
- 30.4 Conceito e requisitos da prescrição, 573
 - 30.4.1 Ações imprescritíveis, 575
 - 30.4.2 Prescrição e decadência, 576
 - 30.4.3 Disposições legais sobre a prescrição, 580
 - 30.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 586
- 30.5 Prazos de prescrição no Código de 1916, 598
- 30.6 Prescrição e decadência no atual Código Civil, 599

- 31 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 605
 - 31.1 Conceito, valor e função da forma, 605
 - 31.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 610
 - 31.2 Prova dos negócios jurídicos, 612
 - 31.2.1 Meios de prova, 615
 - 31.2.2 Confissão, 616
 - 31.2.3 Atos processados em juízo, 618
 - 31.2.4 Documentos públicos ou particulares, 619
 - 31.2.5 A prova testemunhal, 622
 - 31.2.6 Presunções e indícios, 627
 - 31.2.7 A perícia. A inspeção judicial, 629

Bibliografia, 633

Índice Remissivo, 641